

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações Contábeis Intermediárias
acompanhadas do Relatório sobre a Revisão das
Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 31 de março de 2016

Índice

	Página
Relatório sobre a Revisão das Demonstrações Contábeis Intermediárias	3
Demonstrações Contábeis Intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias para o período findo em 31 de março de 2016	10

Relatório sobre a Revisão de Demonstrações Contábeis Intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Acionistas da
Tijóá Participações e Investimentos S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da Tijóá Participações e Investimentos S.A. (Companhia), referentes ao período findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação dessas demonstrações com a utilização dos mesmos critérios requeridos pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas com os mesmos critérios requeridos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº. 5, em setembro de 2015 a CESP – Companhia Energética de São Paulo repassou para a Companhia o montante de R\$ 8.872 mil referente a indenização líquida de seguro, em decorrência do sinistro ocorrido na Unidade Geradora n.º.5 – UG 5 da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. A Companhia considerou essa indenização como não tributável e efetuou uma consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, visando ratificar a sua decisão. Diante dessa incerteza, não foram apurados o PIS - Programa de Integração Social, a COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre aquele montante. Nossa opinião não é ressalvada com relação a este assunto.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2016.



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC RJ-081.409/O-3 “S” – SP

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.687	1.807
Aplicação financeira vinculada	5	9.480	9.084
Contas a receber	6	13.518	10.143
Impostos a recuperar	7	2.297	1.311
Outros créditos	8	793	1.089
Total do ativo circulante		<u>29.775</u>	<u>23.434</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	9	4.712	3.982
Intangível	10	1.025	1.076
		<u>5.737</u>	<u>5.058</u>
Total do ativo não circulante		<u>5.737</u>	<u>5.058</u>
Total do ativo		<u>35.512</u>	<u>28.492</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/03/2016	31/12/2015
Passivo circulante			
Fornecedores	11	432	1.060
Encargos do setor	12	9.147	6.266
Partes relacionadas	13	2.095	4.078
Salários e encargos sociais a recolher		853	739
Impostos e contribuições a recolher	14	2.435	1.522
Outras obrigações		88	67
Total do passivo circulante		15.050	13.732
Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital			
Capital social	15.1	11.301	11.301
Reservas de lucros	15.2	3.459	3.459
Lucros acumulados		3.202	-
		17.962	14.760
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.3	2.500	-
		20.462	14.760
Total do passivo e patrimônio líquido		35.512	28.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijó Participações e Investimentos S.A.
Demonstração dos resultados
para os períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receita líquida de produtos e serviços	16	22.676	20.553
Custo dos produtos e serviços	17	(16.648)	(19.454)
Lucro bruto		----- 6.028	----- 1.099
(Despesas)/ outras receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(1.141)	(479)
Lucro antes do resultado financeiro		----- 4.887	----- 620
Despesas financeiras	19	(279)	(39)
Receitas financeiras	19	391	210
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		----- 4.999	----- 791
Despesa de IRPJ e CSLL	21	(1.797)	(328)
Lucro líquido do período		----- <u>3.202</u>	----- <u>463</u>
Lucro por ação - R\$		----- <u>0,28</u>	----- <u>0,46</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

Reservas de lucros

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
Em 31 de dezembro de 2014		1	71	956	-	1.028	1.300	2.328
Aumento de capital	15.1	11.300	-	-	-	11.300	(1.300)	10.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.096	17.096	-	17.096
Destinação do lucro líquido:								
. Constituição de reservas	15.2	-	855	2.533	(3.388)	-	-	-
. Distribuição de dividendos	15.4	-	-	(956)	(13.708)	(14.664)	-	(14.664)
		-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Em 31 de dezembro de 2015		11.301	926	2.533	-	14.760	-	14.760
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.3	-	-	-	-	-	2.500	2.500
Lucro líquido do período		-	-	-	3.202	3.202	-	3.202
		-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Em 31 de março de 2016		<u>11.301</u>	<u>926</u>	<u>2.533</u>	<u>3.202</u>	<u>17.962</u>	<u>2.500</u>	<u>20.462</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Tijó Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL	4.999	791
	4.999	791
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ (usado) nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	93	6
Resultado ajustado	<u>5.092</u>	<u>797</u>
Decréscimo/ (acrécimo) de ativos		
Contas a receber	(3.375)	(629)
Impostos a recuperar	(986)	(61)
Outros créditos	296	211
Acrécimo/ (decrécimo) de passivos		
Fornecedores	(628)	793
Encargos do setor	2.881	236
Partes relacionadas	(1.983)	113
Salários e encargos sociais a recolher	114	130
Impostos e contribuições a recolher	913	159
Outras obrigações	21	(2)
Impostos e contribuições pagos	(1.797)	(196)
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>548</u>	<u>1.551</u>
Das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(772)	(351)
Adiantamento para futuro aumento de Capital	2.500	10.000
Aplicação financeira vinculada	(396)	-
Caixa gerado nas atividades de investimento	<u>1.332</u>	<u>9.649</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.880</u>	<u>11.200</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	1.807	4.419
No final do período	3.687	15.619
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.880</u>	<u>11.200</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de setembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em 10 de setembro de 2014, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Contrato determina que toda garantia física de energia e de potência da Usina será alocada, integralmente, em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a perceber receita a partir de outubro de 2014.

Os investimentos realizados pela Concessionária, seja de ampliação ou melhoria, serão avaliados e incorporados à RAG no processo de revisão tarifária subsequente.

A Usina localiza-se no município de Andradina, SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 217,5 MWh.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aprovado pela Deliberação CVM 673/11, utilizando os mesmos critérios aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias referentes a 31 de março de 2016, são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2015, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

As notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias contêm descrições narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa.

As demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2016 foram aprovadas pela diretoria em 12 de abril de 2016.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de março de 2016

Diversas normas e interpretações foram emitidas pelo CPC e IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão destas demonstrações contábeis intermediárias. A Companhia está avaliando os reflexos destas normas, quando aplicáveis, no entanto, não devem trazer impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers).

2.3. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

3.Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº6.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 30 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

c) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i)** Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- ii)** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros créditos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo

amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- **Ativos financeiros ao custo amortizado**

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

d.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, encargos do setor e outras obrigações.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº9.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

g) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de *software*. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº10.

h) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

i) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	51	68
Aplicações financeiras	3.636	1.739
	3.687	1.807

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras mantidas em Fundo de Curto Prazo, remuneradas a taxa média de 11,48% ao ano. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco.

5. Aplicação financeira vinculada

	31/03/2016	31/12/2015
Aplicações Financeiras	9.480	9.084
	9.480	9.084

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos, cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá, tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo – CESP. Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na unidade geradora nº 05 (“UG-05”) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade. Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 4 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Desta forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Desta forma, após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização líquida para a Tijoá (R\$8.782), cujo valor será que utilizado para custear parte dos gastos necessários ao reparo da UG-05, e está aplicado em operação compromissada a 101,3% do (CDI) Certificado de Depósito Interbancário. Assim sendo, essa aplicação financeira não foi considerada pela Administração da Companhia como “Caixa e equivalente de caixa”.

Adicionalmente, na apuração dos impostos e contribuições do exercício de 2015, esse montante foi excluído das respectivas bases de cálculo. A Companhia encaminhou consulta a Receita Federal em novembro de 2015 e aguarda resposta. Nesta consulta foram apresentadas decisões

evidenciando que não se sujeitam à incidência do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS as indenizações pagas ou creditadas destinadas a reparar danos patrimoniais, uma vez que não há evidência de acréscimo patrimonial e a indenização permitirá apenas a reposição de parte do bem sinistrado. Tal posicionamento, nos leva a concluir que a indenização reparatória de danos patrimoniais não é receita nem rendimento, conseqüentemente não tem incidência dos referidos tributos.

6. Contas a receber

	31/03/2016	31/12/2015
Contas a receber – Terceiros (i)	784	540
Suprimento de Energia – CCGF (ii)	12.734	9.603
	13.518	10.143

- (i) Montante a receber referente ao contrato 867/2014-DAQ/DNIT, firmado em outubro de 2014.
- (ii) Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, e faturadas conforme CCGF-Contrato de Cotas de Garantia Física.

O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	31/03/2016	31/12/2015
A vencer	13.518	10.143
	13.518	10.143

A Companhia tem como procedimento efetuar a provisão para perda do valor recuperável, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não foi constituída a referida provisão.

7. Impostos a recuperar

	31/03/2016	31/12/2015
IRRF aplicações financeiras	-	100
Impostos a recuperar Lei 10.833	30	30
INSS a recuperar	237	237
PIS a recuperar não cumulativo (i)	71	73
COFINS a recuperar não cumulativo (i)	328	335
ISS a compensar	9	9
IRPJ estimativa	853	446
CSLL estimativa	312	81
IRPJ a recuperar	382	-
CSLL a recuperar	75	-
	2.297	1.311

- (i) Os créditos referem-se ao inciso II do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não cumulativo.

8. Outros créditos

	31/03/2016	31/12/2015
Seguros	714	999
Carta fiança	37	34
Adiantamento fornecedores	42	56
	793	1.089

9. Imobilizado

	Imobilizado em serviço				Imobilizado em curso		Total
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	Em curso a ratear	Reservatórios barragens e adutoras	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-
Adições	859	269	13	-	2.121	767	4.029
Transferências	-	-	-	767	-	(767)	-
Depreciação	(24)	(23)	-	-	-	-	(47)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	835	246	13	767	2.121	-	3.982
Adições	52	-	-	-	258	445	755
Transferências	-	-	-	445	-	(445)	-
Depreciação	(11)	(9)	-	(5)	-	-	(25)
Saldo em 31 de março de 2016	876	237	13	1.207	2.379	-	4.712
Taxa de depreciação %	17%	16%	6%			2%	

A companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear de acordo com as taxas definidas pela ANEEL.

10. Intangível

	Licenças de uso e Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-
Adições	1.194	1.194
Amortização	(118)	(118)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.076	1.076
Adições	17	17
Amortização	(68)	(68)
Saldo em 31 de março de 2016	1.025	1.025
Taxa de amortização %	20%	

11. Fornecedores

	31/03/2016	31/12/2015
Fornecedores - Terceiros	432	1.060
	432	1.060

A conta de fornecedores é composta principalmente por saldos a pagar de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza.

12. Encargos do setor

	31/03/2016	31/12/2015
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	702	564
TFSEE - Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	18	18
CFURH – Compen. Finan. Pela Utilização de Recurs. Hídricos	4.061	1.308
TUST – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	4.366	4.376
	9.147	6.266

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei 9.991/2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólicas, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem investir anualmente um percentual de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº. 12.783, de 11/01/2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

13. Partes relacionadas

	31/03/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A	-	27	(132)	-	7	(193)
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	348	(997)	-	352	(3.739)
CSE - Centro de Soluções Estratégicas S.A	-	1.720	(3.005)	-	3.719	(8.413)
	-	2.095	(4.134)	-	4.078	(12.345)

Os saldos de passivos em 31 de março de 2016 e de 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício/ período, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Especificamente, com relação a CSE, o impacto no resultado está registrado principalmente na natureza de custo de operação.

14. Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2016	31/12/2015
IRRF PJ retido de terceiros	25	39
PIS, Cofins e CSLL retidos de terceiros	93	115
INSS retido de terceiros	44	63
ISS retido de terceiros	11	20
IRPJ a recolher	1.244	-
CSLL a recolher	450	-
PIS a recolher	98	226
COFINS a recolher	452	1.041
ISS a recolher	18	18
	2.435	1.522

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia era de R\$1.000,00 dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 30 de abril de 2015, o capital social foi aumentado em R\$11.300.000,00 mediante capitalização do AFAC de R\$1.300.000,00 e aporte de capital de R\$10.000.000,00. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de março de 2016, o capital social é de R\$ 11.301.000,00, dividido em 11.301.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A distribuição das ações está assim representada:

	31/03/2016	31/12/2015
Fundo de Investimento em Participações Constantinopla	5.662	5.662
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5.639	5.639
	11.301	11.301

15.2 Reserva de lucros

	31/03/2016	31/12/2015
Reserva de retenção de lucros	2.533	2.533
Reserva legal	926	926
Total Reserva de Lucros	3.459	3.459

15.3 AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital

O AFAC está assim representado:

	31/03/2016	31/12/2015
Fundo de Investimento em Participações Constantinopla	1.253	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.247	-
	2.500	-

15.4 Distribuição de lucros

	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	17.096
(-) Constituição da reserva legal - 5%	(855)
	16.241
(-) Dividendos Propostos/pagos	(13.708)
Total de dividendos	(13.708)

Os dividendos pagos no exercício anterior foram aprovados para distribuição aos sócios na Assembleia Geral Extraordinária - AGE do dia 05 de novembro de 2015.

16. Receita líquida

	31/03/2016	31/03/2015
Receita bruta de vendas (ou serviços)	31.670	25.225
Deduções da receita		
(-) PIS - Programa de Integração Social	(522)	(355)
(-) COFINS - Contribuição para Financ. da Seguridade Social	(2.407)	(1.638)
(-) ISS – Imposto Sobre Serviço	(27)	(24)
(-) Encargos setoriais	(6.038)	(2.655)
(-) Total deduções da receita operacional	(8.994)	(4.672)
Receita operacional líquida	22.676	20.553

17. Custo dos produtos e serviços prestados

	31/03/2016	31/03/2015
Custo serviços de terceiros	(3.276)	(8.196)
Custo com pessoal	(1.346)	(129)
Custos com encargos do setor	(11.746)	(10.963)
Seguros	(280)	(166)
	(16.648)	(19.454)

18. Despesas gerais e administrativas

	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal e encargos	(188)	(33)
Honorários da administração e encargos	(331)	(287)
Serviços de terceiros	(522)	(147)
Outros	(100)	(12)
	(1.141)	(479)

19. Resultado financeiro

	31/03/2016	31/03/2015
Receita financeira:		
Rendimento de aplicação financeira	391	210
	391	210
Despesa financeira:		
Comissões e Despesas Bancárias	(34)	(31)
Outros juros, multas e atualizações	(245)	(8)
	(279)	(39)
Resultado financeiro	112	171

20. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

21. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/03/2016		31/03/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	4.999	4.999	791	791
Imposto de Renda e Contribuição Social alíquota	(1.250)	(450)	(198)	(71)
Exclusão(adições) exercícios anteriores (a)	(87)	(16)	-	-
Outros	6	-	(42)	(17)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	(1.331)	(466)	(240)	(88)
Alíquota efetiva	27%	9%	30%	11%

a) Adição realizada em 2016 referente a exclusão indevida no exercício de 2015, dos valores correspondem aos Incentivos fiscais concedidos a Lei Rounet, Lei do Esporte, Fundo da Infância e Adolescência, Lei do Idoso, PRONON e PRONAS.

22. Seguros

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2016	20.000	54
Riscos operacionais	07/11/2016	653.000	996
Veiculos	25/05/2016 e 01/12/2016	314	11

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2015 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia no montante de até R\$ 1.800.

A destinação deste montante será dada pelo Conselho de Administração, sendo certo que, no que se refere à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, será observado o disposto no parágrafo 3º do art. 162 da Lei da S.A..

A remuneração total do pessoal chave da Administração reconhecida no resultado dos períodos esta apresentada no quadro da nota 18.

* * *